

POLÍTICA CULTURAL, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: o segmento Livro, Leitura e Literatura na construção do Plano Municipal de Cultura de São Luís – MA

Carlos Wellington Soares Martins¹

RESUMO

Este estudo objetiva delimitar à luz da literatura sobre política cultural um quadro da situação política, social e cultural da capital do Estado do Maranhão, São Luís, e suas contradições, no que diz respeito às políticas culturais do livro, leitura e bibliotecas, especificamente as de letramento e acesso a bens culturais. Analisa a participação dos agentes culturais ligados ao livro, leitura e bibliotecas, tais como bibliotecário(a)s, livreiro(a)s, escritor(a)s, agentes de leitura entre outros na Conferência Municipal de Cultura de São Luís. Relaciona a atuação do segmento livro, leitura, literatura e bibliotecas na elaboração e construção do Plano Municipal de Cultura de São Luís e na formação do Conselho Municipal de Cultura.

Palavras-chave: Política cultural. Leitura. Livro. Bibliotecas.

CULTURAL POLICY, DEMOCRACY AND POPULAR PARTICIPATION: Book, Reading and Literature segment in the construction of the Municipal Culture Plan of São Luís - MA

ABSTRACT

It aims to define under the light of the literature cultural policy a framework of political, social and cultural situation of the State of Maranhão, São Luís, and its contradictions with regard to the cultural policies of the book, reading and libraries, but specifically those relating to literacy and access to cultural goods. Provides a brief analysis of public policies to encourage reading, focusing on programs such as Open Book, Arca das Letras, Points Reading and Proler in Maranhão state and what the implications on scaling social practices resulting from the implementation of the programs, whether linked to a government plan or arising from a civil society organization. Analyzes the participation of cultural agents of the book, reading and libraries as a librarians, booksellers, and other agents reading conferences culture at the municipal and state levels.

Keywords: Cultural Policy. Reading. Book. Libraries.

¹Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional - UEMA. Bibliotecário – UFMA. E-mail: cawell2000@uol.com.br

1 INTRODUÇÃO

As contradições no campo social, político, econômico e cultural são vivenciadas diariamente num país com dimensões continentais como o Brasil, demonstrando fragilidade, quanto aos direitos sociais e à participação efetiva da sociedade civil, nas políticas que são articuladas, tendo o desenvolvimento como principal objetivo.

Tratando-se de um país com dimensões continentais, que apresenta uma diversidade cultural em ampla escala, o Brasil configura-se ainda como uma nação de níveis de desenvolvimento discrepantes entre os Estados que compõem a Federação. Esse fato é evidenciado pelos indicadores aferidos que atestam as divergências, quando levantados os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da região Nordeste, em comparação com outras regiões.

Trazendo a discussão para o Maranhão, a realidade é ainda mais desoladora, pois o Estado configura-se como um cenário de contrastes sociais e culturais, onde a política partidária sobrepuja os anseios da população. Recorrentemente, programas e projetos são concebidos e efetivados tendo como discurso o desenvolvimento, no entanto, vários são os indicadores que atestam a ineficácia dessas ações.

No campo político, as razões para o incentivo à leitura recorrem frequentemente a dados, sobretudo de origem econômica, como a necessidade de mão de obra qualificada, ou a relação entre indicadores de desenvolvimento social e a taxa de escolarização da população. Seja qual for o argumento, a valorização da leitura requer a participação da sociedade.

Em questões comparativas, com relação a investimentos, melhoria na educação, saúde, infraestrutura ou mesmo otimização das políticas públicas, o Maranhão, como já referenciado, figura como um dos Estados mais pobres do Brasil. Outro dado preocupante aponta, ainda, que o Maranhão obteve o quarto pior resultado do país, com 19,1% de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler nem escrever. Segundo o IBGE, 31,7% de pessoas com mais de 15 anos são analfabetas funcionais. É o quarto pior índice do país. Os três Estados com mais analfabetos funcionais são: Piauí (37,5%), Alagoas (36,5) e Paraíba (33,4%) (IBGE, 2010).

Neste artigo, tem-se a intenção de analisar as políticas culturais efetivadas na capital do Estado do Maranhão, São Luís, com enfoque naquelas direcionadas ao segmento livro, leitura e bibliotecas, em consonância com a política nacional, além de apresentar um panorama da atuação e participação dos agentes culturais ligados ao livro, leitura e bibliotecas, tais como bibliotecário(a)s, livreiro(a)s, escritor(a)s, agentes de leitura entre outros, na IV Conferência Municipal de Cultura, evento que culminou com a elaboração do Plano Municipal de Cultura de São Luís, além de compor a representação do Conselho Municipal de Cultura.

2 POLÍTICA CULTURAL PARA O LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS

Para a concepção e a delimitação de estratégias de composição de um plano de cultura, faz-se necessário um entendimento acerca de que tipo de política cultural está imbricado a esse processo. Entende-se a política cultural, habitualmente, como um programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários, com o intuito de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Esse conjunto de iniciativas articuladas por esses agentes visa promover a produção, distribuição e uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por ela responsável (TEIXEIRA COELHO, 1997).

Em se tratando de políticas públicas de cultura ou políticas culturais, a sua análise torna-se ainda mais complexa devido à variedade de interpretações e definições de cultura onde “[...] cada realidade cultural tem sua lógica interna, qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam” (SANTOS, 1985, p.8).

Conforme elenca Chauí (1995) a relação entre Estado e cultura tem sido regida por quatro modalidades:

- a) Liberal: cultura ligada às belas artes como privilégio de elites escolarizadas;
- b) Estado autoritário: Estado como produtor da cultura e censor da produção cultural;
- c) Populista: manipulação através da cultura popular, entendida como produção cultural do povo;

- d) Neoliberal: identifica evento de massa e cultura, privatizando as instituições públicas culturais.

Em oposição a essas modalidades, a referida autora, tece uma teoria mais abrangente sobre cultura e contra os modelos vigentes, em que o conceito de cultura vai além das belas artes, tomando o seu sentido antropológico, que é gerado através das relações entre os indivíduos indo contra a visão liberal (CHAUÍ, 1995; BOTELHO, 2001; BELING, 2005). No tocante à visão autoritária, faz-se necessária a diferenciação entre o estadismo cultural e a dimensão pública da cultura. A visão populista reduz a discussão sobre cultura à polaridade popular e de elite, sendo que a discussão vai muito além desse tipo de classificação. Contra a visão neoliberal, deve-se enfatizar a ação cultural no lugar dos padrões fixados e definir o papel do poder público em relação aos serviços culturais (bibliotecas entre outros) e no financiamento das produções culturais (CHAUÍ, 1995).

Em se tratando de bens culturais, como é o caso das bibliotecas públicas, a situação torna-se mais complicada, pois o acesso é praticamente inexistente para quem está distante dos grandes centros urbanos. A política cultural tem que ser pensada, conforme enfatiza Chauí (1995), como direito social, com ênfase nos seguintes termos:

- a) Direitos de acesso e de fruição de bens culturais através de serviços públicos (dentre eles as bibliotecas), com foco no direito à informação;
- b) Direito à criação cultural como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades que oportunizem aos sujeitos sociais envolvidos se reconhecerem como sujeitos de sua história;
- c) Direito a reconhecer-se como sujeito cultural, através da criação de espaços que viabilizem a sociabilidade, na geração de produtos culturais;
- d) Direito à participação nas decisões políticas sobre cultura, através dos meios legais de acompanhamento e deliberação sobre a política cultural nacional.

Canclini (2005) conceitua política cultural como sendo um conjunto de intervenções a cargo do Estado, pelas instituições civis e por grupos e segmentos organizados, tendo como objetivo orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e assim obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

Rubim (2011) enumera os passos que delimitam as fronteiras das políticas culturais:

- a) Definição e determinação da noção de política acionada, como momento sempre presente em toda e qualquer política cultural, sendo desnecessário assinalar que diferentes modalidades de políticas podem ser incorporadas às políticas culturais;
- b) Definição de cultura intrínseca a qualquer política cultural empreendida, a qual tem profunda incidência sobre a amplitude desta política, pois toda política cultural traz embutida uma concepção de cultura a ser privilegiada;
- c) Toda política cultural é composta por um conjunto de formulações e de ações desenvolvidas ou a serem implantadas, sendo necessária a investigação das formulações, ações pensadas e realizadas, para se compreender as políticas culturais;
- d) Objetivos e metas são componentes fundamentais das políticas culturais e através de seu estudo pode ser explicitada as concepções de mundo que orientam as políticas culturais e as repercussões da intervenção político-cultural na sociedade;
- e) A delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais é outra faceta essencial para o estudo das políticas culturais

Quando se fala de produção e incentivo à cultura por parte do Estado, esbarra-se no direito do cidadão em participar das decisões da política cultural e de poder intervir nas diretrizes culturais da questão orçamentária, com o intuito de garantir o acesso à produção e à mediação cultural, como explica Chauí (2006, p.238):

Trata-se, pois, de uma política cultural definida pela idéia de cidadania cultural, em que a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia) mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural.

De porte desse referencial teórico e da percepção da necessidade de interlocução com os sujeitos sociais imbricados ao processo de construção de políticas voltadas para a

cultura, no caso específico do segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, constata-se a importância de um marco teórico sobre qual política cultural deve ser pensada e direcionada à estruturação de um plano de cultura que efetive a participação dos segmentos culturais em todo o processo.

Na seção a seguir, apresenta-se um plano de vital importância para as políticas públicas de cultura para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, que é o principal norteador dos programas e projetos executados no país e balizou toda a discussão voltada ao referido segmento, para a construção do Plano Municipal de Cultura de São Luís.

2.1 Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)

Em primeiro de janeiro de 2003, com um discurso marcado por uma ideologia desenvolvimentista, também voltado à questão social, considerando aspectos de inclusão, melhor distribuição de renda e erradicação da fome, Luís Inácio Lula da Silva iniciou seu governo para passar quatro anos na administração do país. Esse novo governo gerou, por parte dos segmentos ligados à cultura, dentre eles o do Livro, Leitura e Bibliotecas, uma grande expectativa em relação aos planos e ações a serem desenvolvidos pelo Ministério da Cultura (OLIVIERI, 2004).

Sua permanência foi garantida por um processo de reeleição, prorrogando por mais um quadriênio sua estada à frente da presidência da república. Constava na epígrafe do documento do seu Programa de Governo (2007-2010): “o nome do meu mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade” (LIMA, 2011).

O Ministério da Cultura (MinC), sob a responsabilidade de Gilberto Gil, começou um grande debate para promover mudanças na forma de atuação do MinC, com atenção para a área do livro e leitura. No ano de 2006, foi elaborado um plano bastante significativo para o acesso e a democratização da leitura, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), em parceria do Ministério da Cultura e Educação, tendo por finalidade estabelecer políticas públicas de leitura e livros, mediante articulação de diversos atores sociais, tais como:

[...] Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor. Tem como objetivo central melhorar a realidade da leitura no país e, por isso é construído e se desenvolve por meio de um processo que transcende a imediatez. (BRASIL, 2006, p.5).

O PNLL, política implementada no Governo Lula, apresenta diretrizes para uma política pública do livro e da leitura no Brasil, principalmente no que se refere às bibliotecas públicas e à formação de mediadores de leitura. Acredita-se que esses são elementos essenciais para o desenvolvimento social e para que os indivíduos exerçam seus direitos sociais.

O PNLL nasceu da soma de esforços dos ministérios da Cultura e da Educação, para equacionar o baixo índice da prática leitora e o seu consequente entrave ao desenvolvimento no País, posto o entendimento de que, na contemporaneidade, a principal ferramenta para a transformação sociocultural é a informação. (MORAES JUNIOR, 2010, p. 188).

Assim, para que esse Plano adquira a dimensão pensada, é importante que Governo Federal, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, assim como organizações da sociedade civil, unam forças, cobrem seus direitos e cumpram seus deveres para que assim não seja mais uma política assistemática, fragmentada e pulverizada, como as que acontecem neste país, desde o início do século XIX (BRASIL, 2006).

Para tanto, a organização articuladora do PNLL está dividida em 4 (quatro) eixos norteadores e 20 linhas de ação, como informa a cartilha criada pelo ministérios da Educação e o da Cultura:

Quadro 1 - Eixos e Linhas de ação do PNLL

EIXO	LINHA DE AÇÃO
Eixo 1 – Democratização do acesso	1.1 Implantação de novas bibliotecas
	1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas
	1.3 Conquista de novos espaços de leitura
	1.4 Distribuição de livro gratuitos
	1.5 Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão de leitura
	1.6 Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação
Eixo 2 – Fomento à leitura e formação de mediadores	2.1 Formação de mediadores de leitura
	2.2 Projetos sociais de leitura
	2.3 Estudos e fomento a pesquisa nas área do livro e da leitura
	2.4 Sistemas de informação na área de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial
	2.5 Prêmios e reconhecimentos às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura
	3.1 Ações para criar consciência sobre o valor

Eixo 3 – Valorização da leitura e comunicação	social do livro e da leitura
	3.2 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em política do Estado
	3.3 Publicações impressas e outras mídias dedicadas a valorização do livro e da leitura
Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro	4.1 Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro
	4.2 Fomento a distribuição, circulação e consumo de bens de leitura
	4.3 Apoio a cadeia produtiva do livro
	4.4 Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada

Fonte: Oliveira (2011).

O eixo 1 - Democratização do acesso - tem como subitem a implantação de novas bibliotecas municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos requisitos recomendados pela Unesco, incluindo livros em braile, livros digitais, audiolivros etc., computadores conectados à Internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Apoio à abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.).

No eixo 2, busca-se o fortalecimento da rede atual de bibliotecas, através da consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários, como promotores da leitura, e atualização de acervos.

O eixo 3 direciona-se para a instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas, com funções de gerenciamento entre União, Estados e Municípios, dentre outras propostas como a criação do sistema de estatísticas das bibliotecas; a conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura; programas permanentes de aquisição e atualização de acervos; transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias; e Bibliotecas públicas com quadro de pessoal especializado e adequado às necessidades.

O eixo 4 objetiva a conquista de novos espaços de leitura, através da criação e do apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos etc.). Considera ainda, atividades de leitura em parques, centros comerciais, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus; em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e

consultórios pediátricos; e com crianças de rua, bem como a criação de espaços de leitura nos locais de trabalho. (BRASIL, 2006, p.40).

Nas discussões realizadas em todo o território nacional, os eixos norteadores previstos no PNLL direcionam toda a discussão na formulação de políticas para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e amparam metas e ações previstas em grande parte dos planos de cultura elaborados no país. Algumas das ações efetivadas pelo plano, como o PNBE, Livro Aberto, Pontos de Leitura e o “Arca das Letras”, apresentam semelhanças, em suas estratégias de ação, basicamente de caráter distributivo e voltadas à circulação de livros para compor um acervo, bem como de capacitação de pessoal e gestão compartilhada entre sociedade civil e representantes do poder público.

Uma das propostas do plano, defendidas no discurso do presidente, Luís Inácio Lula da Silva, então em seu segundo mandato, era a de “zerar” o número de municípios sem bibliotecas (ALMEIDA; BASTOS; ROMÃO, 2008). No Plano Plurianual de Ações (PPA) da área cultural, com vigência de 2012 a 2015, o PNLL enquadra-se no programa de Cultura, preservação, promoção e acesso.

Pode-se constatar que as realidades dos programas e políticas efetivados no Estado do Maranhão e na sua capital, São Luís, passam pelos mesmos problemas de ordem conjuntural, desde a sua elaboração, no que diz respeito ao fator operacional e à implantação dos programas.

Democratizar o acesso à leitura e ao livro não é somente uma questão de criação de projetos e programas; é antes de qualquer coisa, uma atitude política. Atitude que se traduz em políticas públicas de acesso ao livro, a leitura, ao livro e a criação, ampliação e modernização de bibliotecas públicas e escolares. Trata-se de uma atitude política que deve compreender também distintos aspectos constitutivos de ações integrais para o desenvolvimento da leitura, que incluem desde iniciativas de reafirmação de seu valor como instrumento fundamental para o desenvolvimento social e econômico até as diversas propostas com um repertório amplo de ações concretas que gerem bons resultados possível de serem postos em prática. (RODRIGUES, 2008, p. 17)

O desafio que se faz presente para as políticas culturais de leitura é associar tais estratégias à inclusão dos segmentos sociais marginalizados e ao respeito à diversidade cultural, que podem ser atingidos por meio de uma política bem planejada e executada, tendo nos usuários os principais parceiros dessa construção de uma nova realidade social. Além disso, faz-se necessária a articulação da política nacional aos níveis estaduais e municipais, na elaboração de um plano de cultura.

3 O SEGMENTO LIVRO, LEITURA E LITERATURA NO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

A participação democrática é compreendida por Bobbio (2004) como eficiente, direta e livre, pois, não sendo dessa forma, não se configura como participação popular, sendo um dos grandes motivos que favorecem uma postura negativa a apatia política devido à despolitização das massas, que são dominadas pelos aparelhos partidários. Ainda sobre essa linha de pensamento, Santos (1987) postula que um Estado em que existe igualdade de participação política não é tanto o Estado em que os grupos participam de atividades políticas formais, mas sim o Estado onde são dadas as mesmas oportunidades e direitos de organização a todos os cidadãos.

Como expoente em pesquisas referentes às políticas culturais no Maranhão, e mais especificamente as políticas de incentivo à leitura, destacam-se os estudos de Ferreira (2006; 2007; 2008; 2010; 2011) onde se apresenta uma visão orgânica sobre a relação entre Estado e políticas culturais, com reflexões decorrentes da pesquisa: “Informação e desigualdade social: desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas e da ação dos bibliotecários maranhenses”.

Ao refletir sobre a ação dos governos maranhenses que pensaram políticas culturais, nos últimos 30 anos é evidente que durante a gestão de João Castelo (1978), Luiz Rocha, (1982) Cafeteira (1986), João Alberto (1989), Edson Lobão (1993), Roseana Sarney (1994-2002) e José Reinaldo (2002-2006) foram desenvolvidas políticas com foco na cultura e para as bibliotecas, porém também é evidente que a descontinuidade dessas políticas se refletiu na gestão dos órgãos fomentadores de cultura (FERREIRA, 2011).

Com o tema: “Uma política de Estado para a cultura: desafios do Sistema Municipal de Cultura”, no período de 07 a 09 de agosto de 2013, ocorreu na cidade de São Luís a 4ª Conferência Municipal de Cultura (CMC), realizada pela Fundação Municipal de Cultura (FUNC), em conjunto com representantes eleitos de todos os segmentos culturais da sociedade civil, com vistas à elaboração e à implementação do Plano Municipal de Cultura, com vigência no decênio de 2013-2023.

Durante a conferência foram instalados fóruns específicos para eleição dos representantes do Conselho Municipal de Cultura. O segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas reuniu-se antes da conferência, em três momentos diferentes, para a indicação de possíveis nomes para a composição do Conselho, além de elencar propostas, direcionadas

pelo PNLL, para compor o PMC, reunindo-se bibliotecário(a)s, escritor(a)s, livreiro(a)s e agentes de leitura, para discutir e diagnosticar a realidade leitora ludovicense e identificar as problemáticas existentes, apresentando propostas para o plano.

A participação do segmento contou com uma presença relevante de mais de 40 representantes, todos identificados com uma camisa que apresentava o slogan “Biblioteca também é Cultura”, como forma de chamar a atenção do poder público e dos outros segmentos culturais para o fato de que as políticas do livro, leitura e bibliotecas integram, também, uma política pública de cultura. Com essa representatividade e quórum significativo, o segmento conseguiu eleger uma representante (agente de leitura) e um suplente (livreiro), como membros fixos do CMC, tendo em vista garantir as discussões de interesse do grupo e que as metas previstas para o segmento fossem cumpridas.

As atividades que agregam ações voltadas para o segmento Livro, Leitura e Biblioteca são desenvolvidas através do engajamento dos seguintes órgãos: Biblioteca Pública Municipal José Sarney (BPMJS), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB 13ª Região), Bibliotecas Comunitárias- Rede Leitora “Ler pra Valer” e Rede Leitora “Terra das Palmeiras”, Associação dos Livreiros do Maranhão (ALEM), Secretaria Municipal de Educação (SEMED), SESC e Academia Maranhense de Letras (AML). Essas atividades movimentam o calendário ativo do segmento e são desenvolvidas em momentos e espaços pontuais, com destaque para a “Feira do Livro” (evento realizado anualmente pela prefeitura de São Luís), e datas comemorativas ligadas ao segmento.

O segmento conta ainda com um Fórum Permanente, o “Fórum Permanente do Livro, Leitura e Bibliotecas”, instalado em 2001, favorecendo momentos coletivos para a discussão das problemáticas do grupo. Durante o processo de construção do Plano Municipal de Cultura (PMC - São Luís), a existência desse Fórum contribuiu para que o segmento apresentasse, de forma sistematizada, suas fragilidades e potencialidades, e com a indicação de ações colaborativas importantes para o Plano de Cultura do segmento.

As fragilidades foram apontadas a partir dos eixos estratégicos alinhados ao Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL):

- a) No eixo *Democratização do Acesso*, o segmento aponta a necessidade de criação de novas bibliotecas públicas, escolares e comunitárias, a criação de espaços de leitura e a promoção de eventos literários descentralizados.

Quanto ao eixo *Fomento à Leitura e Formação de Mediadores*, indica-se a criação de programas permanentes de formação de mediadores de leitura, o fortalecimento das ações do PROLER, a criação de concursos, eventos e ações de incentivo à leitura, além de um diagnóstico plurianual da situação de leitura no município;

- b) No eixo *Valorização Institucional da Leitura e de seu Valor Simbólico*, o segmento aponta a necessidade de criação do Plano Municipal do Livro, Leitura e Biblioteca, a realização anual do seminário Livro, Leitura e Bibliotecas e de campanhas de promoção e incentivo à leitura;
- c) No eixo *Fomento à Cadeia Criativa e à Cadeia Produtiva do Livro*, o segmento indica a realização de festivais de literatura, lançamento e premiação de obras maranhenses, incentivo à abertura de novas livrarias e apoio às existentes, bem como incentivos a publicações de autores locais. Essas indicações são resultantes também de pesquisas realizadas pelo grupo que coordena a Biblioteca Pública Municipal José Sarney, as Bibliotecas Comunitárias da Rede Litora e a Universidade Federal do Maranhão. O processo de pesquisa contou com a aplicação de questionários, visitas em escolas, com um universo de 95 escolas comunitárias pesquisadas onde 53,7% não possuem bibliotecas; 22,1% possuem e 24,2% não foram identificadas. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2013)

Por fim, a maior fragilidade do segmento, é a não implementação do Sistema Municipal de Bibliotecas, pois este possibilitaria uma atenção e um direcionamento orçamental mais eficaz para o segmento, além de outras questões como a capacitação de mediadores de leitura, acompanhamento das ações efetivadas, orçamento fixo para a área, concurso público, dentre outros fatores.

Dentre os avanços advindos da participação do segmento na conferência, constatados também nas falas dos outros segmentos, destaca-se a atenção que a atual gestão da Fundação Municipal de Cultura (FUNC) tem dado às questões voltadas ao livro e à leitura, em constantes diálogos com representantes da área, e às metas que foram incorporadas, diretamente ou de forma transversal, ao plano, e que contemplam as principais e mais

urgentes demandas da área. Nesse sentido, das 36 metas e ações previstas no documento final do plano destacam-se as metas ligadas diretamente ao segmento:

- a) Meta 21 – 100% de aumento do número de livros lidos por pessoa fora do ambiente escolar até 2016;
- b) Meta 25 – aumento em 100% da quantidade de pessoas que frequentam os espaços culturais do município até 2023;
- c) Meta 28 – 100% dos equipamentos culturais atendendo aos requisitos de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural para pessoas com deficiência até 2023;
- d) Meta 29 – 100% dos espaços culturais na região urbana, dinamizados e modernizados até 2023;
- e) Meta 36 – 15 tele centros em funcionamento, nas 15 regiões do município até 2020. (PREFEITURA DE SÃO LUÍS, 2013)

Reforça-se que o controle social da realização e cumprimento do plano dar-se-á por meio de gestão compartilhada entre poder público e sociedade civil, representada no Conselho de Cultura, e como já referenciado anteriormente o segmento conta com representação no conselho, mais especificamente na área de Pensamento e Memória. Barbalho (2010) antevê que os conselhos de cultura só conseguirão promover a democracia cultural se forem combatidas as tradições arraigadas, presentes na cultura política e na política cultural executada no país, impondo-se como um espaço político privilegiado na disputa pelo poder.

7 CONCLUSÃO

A participação do segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas na elaboração e consolidação do Plano Municipal de Cultura foi de vital importância para garantir que as necessidades e carências do setor fossem percebidas e que também fossem incluídas como metas no plano, haja vista a política cultural desenvolvida na cidade privilegiar a cultura popular no direcionamento de suas ações e a maioria das pessoas ligadas à cultura ainda não perceberem as demandas do livro, leitura e literatura como de responsabilidade da Secretaria de Cultura.

Constatou-se que o segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas e seus representantes – editores, bibliotecários, professores, escritores – necessitam de uma articulação mais consistente e que estes representantes passem a ocupar mais espaços de

decisões políticas. Assim, envolver-se em conselhos de educação, cultura, e na formação de grupos de trabalho de formulação de diretrizes para planos de cultura, municipais, estaduais e federal. O sentido é apropriar-se da discussão, levando questões e problemáticas regionais e locais, com vistas a garantir uma política integrada e que respeite a diversidade cultural existente no país.

Percebeu-se um total descaso para com os bens culturais, enfaticamente em São Luís, pois a inexistência ou a ineficácia na estruturação de uma política cultural e, por conseguinte, de um plano de cultura, acaba por não permitir a integração das ações do Estado com a sociedade civil. Nessa direção, esbarra-se em programas assistencialistas, muitas vezes desconhecidos da grande maioria da população, que precisam passar por uma análise e uma possível intervenção, para que alcancem um resultado eficiente, permitindo a participação cidadã no planejamento das políticas públicas.

Assim, ao olhar para a cidade de São Luís, viu-se que as iniciativas para a mudança desse cenário ainda são tímidas, não encontrando ressonância na sociedade, e que há a necessidade da construção de um Plano Municipal do Livro e Leitura (PMLL), pois é vital para o bom funcionamento dessas políticas. Percebeu-se que muitos Estados contam com seus planos construídos ou em processo de construção, como é o caso do Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Rio de Janeiro. Obviamente que houve constatação de que apenas a consolidação de um plano não é suficiente para a garantia da efetivação de políticas culturais, no entanto, funciona como forma de controle social e de descentralização, por oportunizar a participação de representantes do segmento e da sociedade civil no processo.

Nessa direção, a falta de articulação, entre governo federal, Estados e municípios, juntamente com a sociedade civil, acaba por dificultar a elaboração e a execução de políticas públicas de incentivo à leitura, seja por questões ideológicas, partidárias ou por ineficiência no planejamento de ações. Portanto evidencia-se que as políticas públicas do livro, leitura, literatura e bibliotecas no país ainda são consideradas ineficientes, pois ainda são muito grandes os contrastes nas regiões evidenciadas em pesquisas que atestam sua ineficácia ao tentar diminuir o número de analfabetos no país e na democratização aos bens culturais, por meio das políticas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ludmila; BASTOS, Gustavo Grandini; ROMÃO, Lucília Maria de. “Zerar o número de municípios brasileiros sem biblioteca”: análise do discurso do Presidente Lula. Encontros Bibli, Santa Catarina, **Revista Eletrônica de Biblioteconomia**. Ci. Inf., Florianópolis, n. 26, 2º sem.2008. Disponível em:

<<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=14712794017>>. Acesso em: 12 maio 2012.

BARBALHO, Alexandre. Conselhos de cultura: desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (Orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult).p.235-252.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BELING, Jussara Janning Xavier. Políticas culturais. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n.6-7, p. 79-96, 2004 /2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BORGES, Luís Cláudio. **Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão frente as política públicas de cultura**. 2008. 84f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.15, n.2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2013. p.73-83.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura**. Brasília, DF: MINC, 2006.

CANCLINI, Néstor G.. Definiciones em transición. In: MATO, D., (Org.). **Cultura, política y sociedad**. Buenos Aires: Perspectivas latinoamericanas; CLACSO (Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales), 2005.

CHAUÍ, Marilena et al. **Política cultural**. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Tempo de pensar; 1).

CHAUÍ, Marilena. Cultura política e política cultural. Estudos avançados, São Paulo, v.9, n.23, 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COELHO, José Francisco Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginação**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

COLOMBIANO, Raquel Moniz. **As espacialidades das políticas culturais: a cidade do Rio de Janeiro nos anos 1990 e 2000**. 2007. 168f. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-

Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais; e as bibliotecas públicas para onde vão? **Pesquisa Brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.2 , n.1, 2006. p.113-122.

FERREIRA, Maria Mary. **Informação e Desigualdade Social**: desafios para pensar o Estado democrático a partir das bibliotecas públicas maranhenses. 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/272/1/Informacao-Desigualdade-Ferreira.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.

FERREIRA, Maria Mary. Espaços de informação e de leitura: qual o papel do Estado na construção de espaços mediadores de conhecimentos. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Ciência da Informação e Biblioteconomia, 9, **Anais...**, São Paulo: ANCIB, set./out., 2008. Disponível em: <<http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/2072.pdf>> . Acesso em 20 out. 2012.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de bibliotecas: um balanço crítico sobre a implementação do programa Livro Aberto no Maranhão. **Extraprensa**, São Paulo, v.1, n.1, p.702-720, nov. 2010. (Edição especial: 4 / III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina).

FERREIRA, Maria Mary. Direitos culturais e políticas públicas: elementos para pensar as bibliotecas públicas e a cidadania cultural. 2011. mimeo.

IBGE. Censo 2010 / Maranhão. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf>. Acesso em: 11 jun.2011.

LIMA, Aureste de Sousa. **Ações e políticas públicas de acesso à informação no octênio Lula**: análise temática. 2011. 58f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Piauí, Teresina 2011.

MORAES JUNIOR, João Vanderlei de. Políticas culturais do livro e leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. (Coleção Cult).

OLIVEIRA, Daniela Piergili Weiers de. **Políticas públicas de fomento a leitura**: agenda governamental, política nacional e práticas locais. 2011. 146f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Programa de Pós Graduação em Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. **Cultura neoliberal**: leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Fundação Municipal de Cultura. **Plano Municipal de Cultura**: decênio 2013-2023. São Luís: FUNC, 2013.

RODRIGUES, Edmilson Moreira. **Fome de programas de leitura**: o PROLER e a dimensão político-ideológica da leitura. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Cultura e políticas culturais**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reinventar a emancipação social. 1985. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/posgraduacoes/programasposcolonialismo/seminario/poscolonialismo/seminario3.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A política social na ordem brasileira**. 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 1987.